

*Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem
Diversidade e Inclusão Educacional*

Educação Ambiental – Ações e Programas

1) Conferências Infante Juvenis pelo Meio Ambiente

As *Conferências Nacionais Infante Juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA)* representam um marco na gestão das políticas públicas de educação ambiental no Brasil. Iniciadas em 2003, essas Conferências se realizam por adesão das escolas do segundo segmento do ensino fundamental das escolas públicas.

A partir da realização da I CNIJMA, ocorrida em Luziânia-GO, cria-se o *Programa Vamos Cuidar do Brasil*, como resposta às reivindicações dos jovens delegados participantes que lançaram como proposta a criação de *Conselhos Jovens de Meio Ambiente* e a elaboração da *Agenda 21* nas escolas brasileiras.

Desde a I CNIJMA, o Ceará vem se destacando pelo número significativo de escolas envolvidas, participando, em 2003, com 1.969 escolas; em 2005, na II CNIJMA, com 2.196 escolas; em 2008, na III CNIJMA, foram 2.241 escolas; e, em 2013, ano da IV CNIJMA, envolveu 2.226 escolas. Grande parte dos delegados que participou da IV CNIJMA, e que chegou à etapa estadual, continua sendo acompanhada pela SEDUC por meios de formações, seminários e projetos escolares, como o Projeto de Permacultura.

Como resultados mais significativos dessas Conferências, podem ser destacados: o desenvolvimento de projetos escolares; a mobilização de jovens, estimulando o protagonismo juvenil na escola, e a melhoria das relações intergeracionais; a formação de *Com-Vida (Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola)* e *Coletivos Jovens de Meio Ambiente*, estratégias por excelência da participação cidadã da juventude nas questões ambientais.

2) Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida)

As *Com-Vida* são resultados do processo da I Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente que, em 2003, produziu a carta “Jovens Cuidando do Brasil”, reivindicando a criação de espaços de participação em defesa do meio ambiente nas escolas. A *Com-Vida* é uma resposta a esse pedido, tendo como principal objetivo a construção da *Agenda 21 na Escola*, além de desenvolver e acompanhar a educação ambiental na escola de forma permanente e participativa.

No Ceará, na rede pública de ensino, existem 857 *Com-Vida*, conforme pesquisa realizada em 2011 pela SEDUC junto às escolas da rede pública de ensino. Acredita-se que atualmente esse número tenha crescido tendo em vista a participação de mais de 2000 escolas na IV CNIJMA, que possui como critério de participação a formação de *Com-Vida* na escola. Um outro fator para este aumento é a grande quantidade de escolas beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escolas Sustentáveis, cujo critério de participação no Programa é apoiar a criação e o fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola.

3) Coletivo Jovem de Meio Ambiente

Os *Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ)* são grupos informais existentes em todo território nacional, constituídos por jovens representantes ou não de organizações e movimentos de juventude, tendo como objetivo o envolvimento nas questões socioambientais e a realização de atividades para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

Constituem esses CJ uma demanda da I Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente, na qual os jovens foram corresponsáveis pela organização de todo o processo, orientados pelos princípios: Jovem Educa Jovem, Jovem Escolhe Jovem e Uma Geração Aprende com a Outra.

Os CJ ativos participam do *Programa Vamos Cuidar do Brasil com Escolas*, da formação das *Com-Vida* e de novos CJ, fazem parte das Comissões Organizadoras Estaduais (COE) que organizam as Conferências Infante Juvenil pelo Meio Ambiente nos estados, realizam ações próprias de mobilização socioambiental e estão articulados às *Redes de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade*.

Atualmente a SEDUC vem acompanhando os CJ existentes e apoiando a formação de novos, liderados por delegados da IV CNIJMA.

4) Mostra da Educação Ambiental da Rede Estadual de Ensino

Com o objetivo de melhorar a divulgação e compreensão dos projetos ambientais desenvolvidos pelas escolas estaduais, a SEDUC iniciou em 2011 a *Mostra da Educação Ambiental da Rede Estadual de Ensino*, promovendo entre os participantes a troca de experiências das ações de Educação Ambiental desenvolvidas por alunos e professores. A partir da segunda versão, em 2012, a Mostra incluiu uma fase regional precedendo à Mostra Estadual.

Estas Mostras alusivas às comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho) constituem importantes mecanismos para reflexão da comunidade escolar e local a respeito dos problemas socioambientais, sejam de âmbito global, nacional, regional, estadual, municipal ou escolar, despertando nos envolvidos, participantes ativos, o interesse pela solução destes problemas. As Mostras se traduzem em um espaço de aprendizagem que contribuem para ampliar e divulgar essa importante e estratégica temática nas escolas.

De 2011 a 2017, cresceu o número de escolas participantes e houve melhoria na qualidade dos projetos escolares, sinalizando uma melhor compreensão da importância e finalidade da educação ambiental no ambiente escolar. Observou-se ainda um processo de ruptura da abordagem ambiental em práticas pontuais e fragmentadas, com a inserção de projetos de iniciação científica ou projetos artísticos culturais nas escolas da rede estadual.

5) Projetos de Permacultura

Atualmente os princípios da Permacultura estão sendo disseminados em todos os continentes. Diversos países, como o Brasil, vêm adotando a Permacultura como metodologia agrícola e até mesmo escolas de todos os níveis estão incluindo a Permacultura no seu currículo básico (SOARES, 1998). Assim, o conceito de Permacultura vem se tornando cada vez mais abrangente, evoluindo para uma visão de cultura permanente sustentável.

Os Projetos Permaculturais desenvolvidos pela Secretaria da Educação do Ceará, por meio da Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional, equipe de Educação Ambiental, objetivam o desenvolvimento de ações que viabilizem a transformação da escola em Espaço Educador Sustentável. A partir da sensibilização da comunidade escolar para o engajamento nas questões socioambientais, envolvendo o currículo e o ambiente escolar em práticas educativas cotidianas, ocorre a transformação da escola nesse Espaço.

Os projetos permaculturais foram iniciados em 2015 em cinco escolas públicas estaduais. Foi utilizado como critério de seleção das escolas a participação nas Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente, presença de Com-Vida (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) na escola e localização em áreas de risco socioambiental.

Em 2015, foram contempladas a Escola de Ensino Fundamental Centro dos Retalhistas (Fortaleza), Escola de Ensino Médio Ronaldo Caminha Barbosa (Cascavel), Escola Indígena Manoel Francisco do Santos (Aratuba), Liceu de Iguatu Doutor José Gondim (Iguatu) e a Escola de Ensino Fundamental Estado da Paraíba (Crato). Assim, foram contempladas escolas de diferentes contextos socioambientais, abrangendo regiões como litoral leste, Área de Proteção Ambiental (APA) da serra de Baturité, sertão central, cariri e capital.

Em 2016, foram contempladas a Escola de Ensino Fundamental e Médio Polivalente Modelo de Fortaleza, Escola de Ensino Fundamental e Médio Cel. Osvaldo Studart (Aquiraz), Escola de Ensino Fundamental e Médio Antônio Custódio de Mesquita (Itapajé), Escola de Ensino Médio Monsenhor Linhares (Groaíras), Escola de Ensino Médio Nazaré Guerra (Itatira) e a Escola de Ensino Médio Governador Manoel de Castro Filho (Quixeré).

Os projetos escolhidos pelas escolas contemplam temas como: construção de hortas, jardins suspensos, reutilização de água de ares-condicionados, águas residuais, e de espaços subutilizados, construção de mandalas de pneus, canteiros instantâneos de papelão, recuperação de solos degradados, práticas de agroecologia, uso de biofertilizantes naturais, plantio de plantas medicinais e ornamentais, adubação do solo, melhorias no paisagismo da escola, construção de canteiros permanentes.

O resultado positivo observado em algumas escolas estimula a SEDUC a investir no financiamento e formação de projetos na perspectiva permacultural em outras escolas estaduais. Há previsão de ampliar anualmente o número de escolas beneficiadas com esta ação, contemplando 30 escolas públicas estaduais até o final de 2019.

6) Formação Continuada de Professores em Educação Ambiental – Escolas Sustentáveis

A escola se constitui local ideal para delimitação da sustentabilidade socioambiental, da mudança de paradigmas, de novas concepções de mundo, haja vista as degradações ambientais que estamos enfrentando de forma evidente e desenfreada. Faz-se cada vez mais necessário que o processo pedagógico compreenda a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, não de forma restrita a ações pontuais, mas, principalmente, reduzindo a distância entre o pensar e o fazer. Assim, convidamos a comunidade escolar a repensar o nosso modo de vida, modelos sociais, padrões de consumo e nossa relação com a natureza, com vistas a transformação da escola em espaços educadores sustentáveis.

Em 2016, a Secretaria da Educação, por meio da Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional, equipe de Educação Ambiental, em parceria com o Centro de Educação à Distância (CED) da Universidade Federal do Ceará está ofertando o curso semipresencial em Educação Ambiental – Escolas Sustentáveis, com carga horária de 180 horas, contemplando 660 professores da rede de ensino estadual, contemplando todas as regiões do Ceará.

Com vistas a transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis, o curso aborda os três eixos das escolas sustentáveis: currículo, gestão democrática e espaço físico.

7) Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

A *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)* é um Programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular a reflexão, a responsabilidade socioambiental nas ações operacionais da Administração Pública e a mudança de atitude dos gestores e servidores públicos para que estabeleçam critérios ambientais em suas atividades rotineiras, nos investimentos, na contratação de serviços, no controle e manejo adequado dos resíduos gerados e recursos naturais utilizados que permitam a redução de impactos socioambientais negativos (BRASIL, 2009).

A incorporação e adoção de tais medidas contribuem para a economia dos recursos públicos e a qualidade de vida dos que fazem a Secretaria da Educação (SEDUC), com repercussões no ambiente de trabalho, conseqüentemente beneficiando o meio ambiente.

O Programa tem como diretriz a sensibilização para as questões socioambientais, estimulando as pessoas a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental, por meio de práticas que promovam o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a gestão adequada dos resíduos, a qualidade de vida no trabalho, a sensibilização e capacitação dos servidores e ações de licitação sustentável.

Na SEDUC, foi elaborado um Plano de Ação, resultado do trabalho coletivo dos membros da Comissão A3P, com indicação de metas e indicadores a serem alcançados com ênfase em temas como: consumo de água, consumo de energia, consumo de papel, gestão de resíduos, sensibilização e capacitação dos servidores para melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho e licitações sustentáveis.

8) Meio Ambiente no ENEM

Em 2016, foi realizado um levantamento das questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desde sua edição de 2009, que abordam as questões socioambientais. Além de ser um assunto cada vez mais tratado e discutido no Brasil e no mundo, a probabilidade das provas do ENEM tratarem sobre o tema é muito alta. As questões socioambientais estão presentes em todas as áreas do conhecimento: Matemática e suas tecnologias, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Ciências da Natureza.

Dentre os temas mais abordados, estão: aquecimento global e efeito estufa, energias renováveis, camada de ozônio, poluição dos solos e das águas, ilhas de calor, inversão térmica, chuvas ácidas, ciclos biogeoquímicos, relações tróficas e conceitos de ecologia.

Em 2009, essas questões representaram 17,22% do total de questões do ENEM; em 2010 e 2011, 21,11%; em 2012, 20%; em 2013, 15,55%; em 2014, 16,67%; e em 2015, 21,11%.

Para ter acesso às questões do ENEM que abordam a temática socioambiental, clique aqui (inserir link com PDF das questões).